

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 1075, de 2020)

Substitua-se a expressão “setor cultural” por “setores cultural e turístico”, da redação da ementa, do art. 1º, do *caput* do art. 3º e do *caput* do art. 11º do PL nº 1075, de 2020.

Substitua-se a palavra “cultura” por “cultura ou de turismo”, da redação do *caput* e do § 2º do art. 3º e do *caput* do art. 6º do PL nº 1075, de 2020.

Substitua-se a expressão “as áreas artística e cultural” por “as áreas artística e cultural ou turística”, da redação do inciso I do art. 6º do PL nº 1075, de 2020.

Substitua-se a expressão “finalidade cultural em seus respectivos estatutos” por “finalidade cultural em seus respectivos estatutos ou registro no Sistema Nacional de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur)”, da redação do *caput* do art. 11 do PL nº 1075, de 2020.

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.075, de 2020, a seguinte redação:

“**Art. 2º** A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, bem como o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) por meio do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) para aplicação no setor turístico, por meio de:

I - renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e do turismo;

II -

III -

IV - subsídio mensal para microempresas e pequenas empresas do setor turístico que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, no valor de valor mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de



R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com critérios estabelecidos pelo gestor local.

§ 1º Do valor previsto ao setor cultural no *caput* deste artigo, pelo menos 20% (vinte por cento) serão destinados às ações emergenciais previstas no inciso IV do *caput* deste artigo.

.....
§ 3º Para terem direito aos valores relativos ao setor turísticos, os prestadores de serviços turísticos deverão estar registrados no Sistema Nacional de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur).”

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda pretende estender os benefícios previstos para o setor cultural no Projeto de Lei (PL) nº 1075, de 2020, ao setor turístico, que, todos sabemos, será o último na economia pós-pandemia da covid-19 a reabrir.

São meios de hospedagem (hotéis, pousadas e albergues), acampamentos turísticos, organizadores de eventos, guias de turismo, parques temáticos, agências de turismo, transportadores turísticos, restaurantes, cafés, bares e similares, empreendimentos de entretenimento e lazer e parques aquáticos, locadoras de veículos, centros de convenções, prestadores de infraestrutura de apoio para eventos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, casa de espetáculos e equipamentos de animação turística, prestadores especializados em segmentos turísticos, entre outros. São grandes, médias, pequenas e microempresas. São trabalhadores sem renda.

É importante que os recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) sejam aplicados para atender as pessoas sem rendimentos neste período, assim como microempresas e empresas de pequeno porte. O objeto não são os grandes empreendimentos turísticos listados acima, mas seus empregados.

Por isso, contamos com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para acatar esta relevante e urgente Emenda no PL nº 1.075, de 2020.

Sala das Sessões,

Senador JEAN PAUL PRATES